

Plano Cardoso corta gastos do Governo e amplia verba do Inpe

O plano econômico anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, se concentra em duas frentes: o corte de US\$ 6 bilhões do Orçamento — do lado do Governo —, e medidas para cobrar dívidas de Estados e municípios e combater a sonegação de impostos — do lado da sociedade. As medidas são duras principalmente no caso de Estados e municípios, que, se estiverem em débito com o INSS, terão retidos 100% dos recursos do Fundo de Participação. Quanto aos cortes, Cardoso não definiu o que será feito, mas é certo que a área de Ciência e Tecnologia, particularmente o Inpe, vai, ao contrário, receber mais verbas. Essas verbas deverão ser obtidas com a venda de empresas estatais.

Páginas 6 e 7

Tecnologia escapa dos cortes e ganha mais verbas

(AE)

DE BRASÍLIA

O setor de Ciência e Tecnologia não só escapou dos cortes que o Governo vai fazer no orçamento como conseguiu mais verbas. O presidente Itamar Franco enviará ao Congresso uma medida provisória destinando os recursos captados com a privatização de estatais para projetos da área. O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, justificou ontem a decisão política do Governo de prestigiar o setor com um discurso de 20 minutos feito na reunião ministerial, no qual demonstrou a desestruturação da Ciência e Tecnologia e o atraso dos principais projetos do Governo.

Israel Vargas anunciou que as verbas obtidas com a venda das estatais serão aplicadas nos programas do Veículo Lançador de Satélites, Centro de Previsão do Tempo e Clima do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), supercomputador do Laboratório de Computação Científica, nos laboratórios de Luz Sincrônica e Nacional de Física Nuclear e em programas de pesquisas na Antártica e de levantamento da costa brasileira.

Uma das realizações do ministério — citada por Vargas — mostra o atraso do País na área da informática. Com o programa de produção de software para exportação, criado no governo Itamar Franco, o Brasil deverá participar, em dez anos, com 1% do mercado mundial, que hoje alcança US\$ 200 bilhões (cerca de 80% do total do Orçamento Geral da União

para 1993, que é de US\$ 250 bilhões).

A crise do setor de Ciência e Tecnologia pode ser comprovada de acordo com o discurso do ministro, pelos vários projetos inacabados e pela falta de materiais mínimos de trabalho enfrentada pelos pesquisadores. Vargas afirmou que a restrição orçamentária exige esforço para mobilizar fontes alternativas de recursos, como Estados, municípios e empresas privadas. As medidas de incentivo às empresas permitirão aumentar a participação do setor privado na área dos atuais 10% para 50%. A regulamentação da Lei da Informática e a sanção da lei dos incentivos fiscais permitirão gerar, a médio prazo, investimentos em pesquisas e desenvolvimento de US\$ 500 milhões.

A criação da Agência Espacial Brasileira (com o envio de um projeto de lei em regime de urgência ao Congresso) vai permitir a participação do Brasil no setor de fronteira científica e tecnológica, com benefícios para a ciência e o setor produtivo, avaliou. Vargas defendeu a integração do Brasil ao esforço mundial para o avanço do conhecimento. O ministro sustentou que, se o País não participar das tecnologias do futuro — como a supercomputação, a exploração do espaço exterior, a supercondutividade e o desenvolvimento de novos materiais, a biotecnologia —, correrá o risco de abdicar de participar dos desafios e da "grande aventura da espécie humana que se jogam hoje, quase que exclusivamente, nos países desenvolvidos", alertou.